

O LUGAR DAS LICENCIATURAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES ENTRE DESIGUALDADES E DESAFIOS

Joycimar Barcellos¹

joycimarbarcellos@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões iniciais acerca do processo de formação de professores no país e, conseqüentemente, o lugar ocupado pelas licenciaturas no ensino superior brasileiro. No intuito de contextualizar o campo, apresenta-se alguns dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) que situam o cenário do ensino superior quanto a categoria administrativa das instituições, número de matrículas e perfil dos licenciandos quanto ao gênero, ao tipo de instituição, à categoria e à modalidade do ensino oferecido. Visando o diálogo com os dados, discute-se a expansão do ensino superior, as relações entre o âmbito público e privado das instituições, o crescimento da modalidade Educação à Distância (EaD) e às desigualdades que se fazem presentes neste nível de ensino desde a escolha dos cursos, perpassando pelas fases de ingresso e permanência dos estudantes. Conclui-se que as licenciaturas são oferecidas, em sua maioria, por instituições de ensino privadas, com exponencial destaque à modalidade EaD. Aponta-se como desafio da pesquisa acadêmica investir em pesquisas que busquem compreender os processos formativos que se estabelecem nessas instituições, dada sua relevância no tocante ao quantitativo de professores formados nos últimos anos.

Palavras-chave: Ensino superior; Licenciatura; Desigualdades.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões iniciais acerca do processo de formação de professores no país, em nível superior, realidade relativamente recente em nosso cenário educacional. Tais reflexões se qualificam como iniciais no sentido de ser este um primeiro contato de construção de uma escrita sobre a temática do ensino superior, já que o projeto de pesquisa a ser desenvolvido ao longo do doutoramento vincula-se ao tipo de formação que está sendo oferecida na licenciatura em Pedagogia. As primeiras leituras sobre esse curso e, inevitavelmente, sobre as licenciaturas de um modo geral, geraram mais dúvidas e inquietações do que respostas.

Com o intuito de compreender melhor as questões que perpassam esse cenário, optou-se por trazer neste artigo as temáticas relacionadas à análise de uma determinada conjuntura social e política que se faz necessária para adentrar neste campo. Para tanto, no intuito de contextualizar o campo, apresenta-se alguns dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

¹ Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2013), especialista em Direito Educacional pela Faculdade Internacional Signorelli (2015), especialista em Educação Matemática pelo Colégio Pedro II (2018) e mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2016). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, vinculada à linha de pesquisa Trabalho Docente, Currículo, Aprendizagem e Práticas Pedagógicas.

(INEP) que situam o cenário do ensino superior quanto a categoria administrativa das instituições, número de matrículas: geral, por modalidade de ensino (presencial e à distância) e por grau acadêmico (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e, por fim, dados específicos acerca das licenciaturas quanto ao gênero dos alunos, ao tipo de instituição, à categoria e à modalidade do ensino oferecido. Visando o diálogo com os dados, apresenta-se a perspectiva de alguns autores quanto a expansão do ensino superior, ao âmbito público e privado das instituições, ao crescimento da modalidade Educação à Distância (EaD) e às desigualdades que se fazem presentes neste nível de ensino desde a escolha dos cursos, perpassando pelas fases de ingresso e permanência dos estudantes.

2 CONTEXTUALIZANDO O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A seguir serão apresentados alguns dados que permitem traçar um panorama do ensino superior no Brasil nos últimos anos de modo a buscar compreender como a conjuntura deste nível de ensino se estabelece no país. Os dados apresentados foram extraídos do Censo da Educação Superior 2018. O Censo é uma publicação anual do INEP que visa fornecer informações que possibilitem a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, bem como, servir de referência para estudos e pesquisas sobre o ensino superior (BRASIL, 2019).

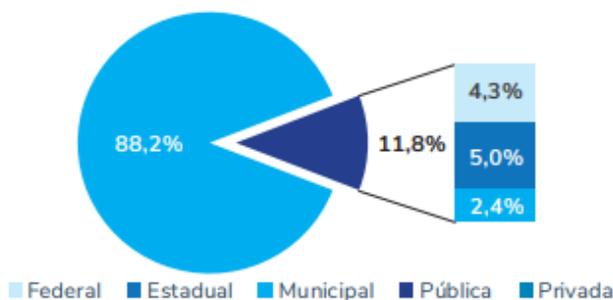
Os dados apresentados consideram como instituições de ensino superior: universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais que oferecem cursos de graduação. Quanto a categoria administrativa dessas instituições tem-se que 88,2% são privadas, o que totaliza 2.238 instituições, em relação a 299 públicas, que representam um percentual de 11,8%, componho esse percentual as instituições no âmbito federal, estadual e municipal, conforme o gráfico 1.

Diniz-Pereira (2015) afirma que o crescimento das instituições privadas no âmbito do ensino superior se estabelece a partir de 2005 devido a assinatura do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços² pelos países que compõe a Organização Mundial do Comércio (OMC)³. Ribeiro (2006) explica que essa atribuição se dá, pois, a educação superior é tratada como uma das modalidades de comércio de serviços no contexto desse acordo. À educação é, então, atribuído “valor de mercadoria a ser utilizada na economia global” (DINIZ-PEREIRA, 2015, p.275).

Gráfico 1: Percentual de instituições de educação superior por categoria administrativa - 2018

² Tradução do inglês General Agreement on Trade in Services (GATS). Usualmente o acordo é conhecido por sua sigla em inglês.

³ O referido acordo foi assinado em 1995, mas efetivou-se na prática apenas em 2005 (DINIZ-PEREIRA, 2015).



Fonte: BRASIL, 2019.

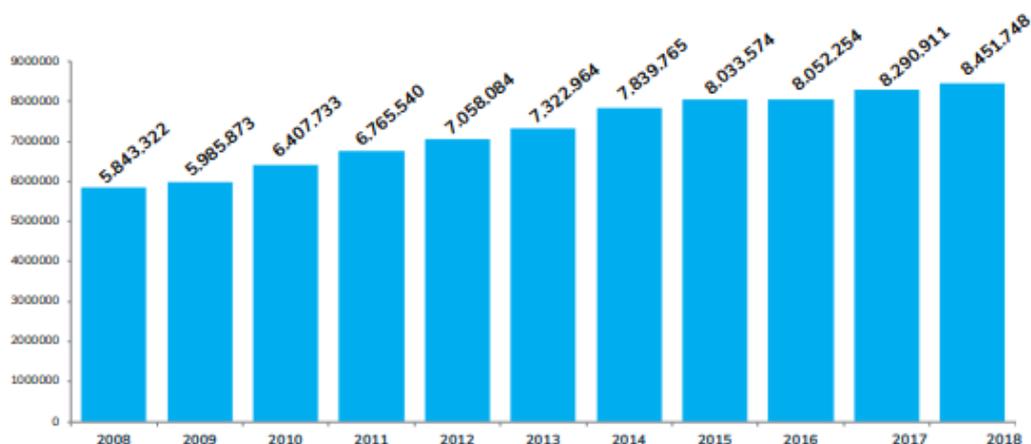
A partir da década de 1980 tem início um movimento de diferenciação dos tipos de universidade em dois modelos: universidades de pesquisa e universidades de ensino. Esse discurso é efetivado com a publicação do decreto N.º 2.306, de 19 de agosto de 1997 que em seu artigo 9º afirma que as universidades se caracterizam pela “indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão” (BRASIL, 1997) sem apontar a necessidade desta tríade às demais configurações de instituições que oferecem os cursos superiores. Para Saviani (2010) o modo como o decreto se apresenta, considerando além das universidades a existência de centros universitários, indica que estes podem ser considerados as tais “universidades de ensino”. Estas instituições, que não tinham como premissa o desenvolvimento de pesquisas, seriam uma alternativa que viabilizaria a expansão do ensino superior a um baixo custo.

Saviani (2010) percebe continuidades entre este momento característico da década de 1980 e o atual contexto do ensino superior oferecido por instituições privadas:

É essa a situação que estamos vivendo hoje quando vicejam os mais diferentes tipos de instituições universitárias oferecendo cursos os mais variados em estreita simbiose com os mecanismos de mercado. Aprofunda-se, assim, a tendência a tratar a educação superior como mercadoria entregue aos cuidados de empresas de ensino que recorrem a capitais internacionais com ações negociadas na Bolsa de Valores (SAVIANI, 2010, p. 11).

Quanto ao número de matrículas é possível perceber no gráfico 2 que este dado apresentou um crescente aumento desde o ano de 2008. Entre os anos de 2008 e 2018 o número de matrículas aumentou percentualmente 44,6% (BRASIL, 2019). Para Schlesener e Pereira (2016) essa expansão se configura um projeto de inserção social a partir da qualificação e se efetiva, também, como uma tentativa de materializar os compromissos assumidos no Plano Nacional de Educação (PNE) da década 2001 – 2010 que fixava metas neste sentido. Vale destacar que políticas públicas de acesso ao ensino superior foram intensificadas no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, com a criação de novas universidades e institutos federais e com programas de acesso das classes menos favorecidas e de grupos historicamente excluídos, conforme será discutido mais adiante.

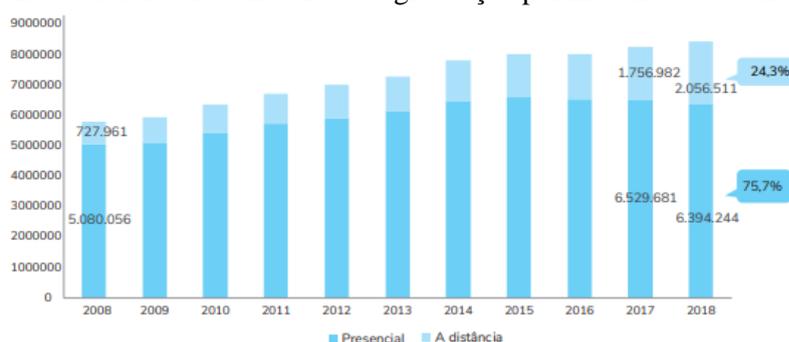
Gráfico 2: Número de matrículas na Educação Superior (2008-2018)



Fonte: BRASIL, 2019.

Ao focarmos a análise nas modalidades oferecidas no ensino superior, podemos perceber que o aumento no número de matrículas está diretamente ligado ao crescimento do oferecimento de cursos de graduação à distância, conforme o gráfico 3. Em 2018, este número já representava 24,3% do total de matrículas. Ao compararmos o crescimento percentual entre os dois anos de corte dos dados, 2008 e 2018, o crescimento das matrículas na modalidade a distância chega a 182,5%, enquanto o crescimento do número de matrículas nos cursos presenciais foi de 25,9% no mesmo período, tendo, inclusive, registrado quedas a partir de 2015 (BRASIL, 2019). A expansão da modalidade Educação à Distância (EaD) abarca dois temas de modo recorrente: a democratização do acesso ao ensino superior e a necessidade da formação dos professores que atuam na Educação Básica (ALONSO, 2010).

Gráfico 3: Matrículas em cursos de graduação por modalidade de ensino

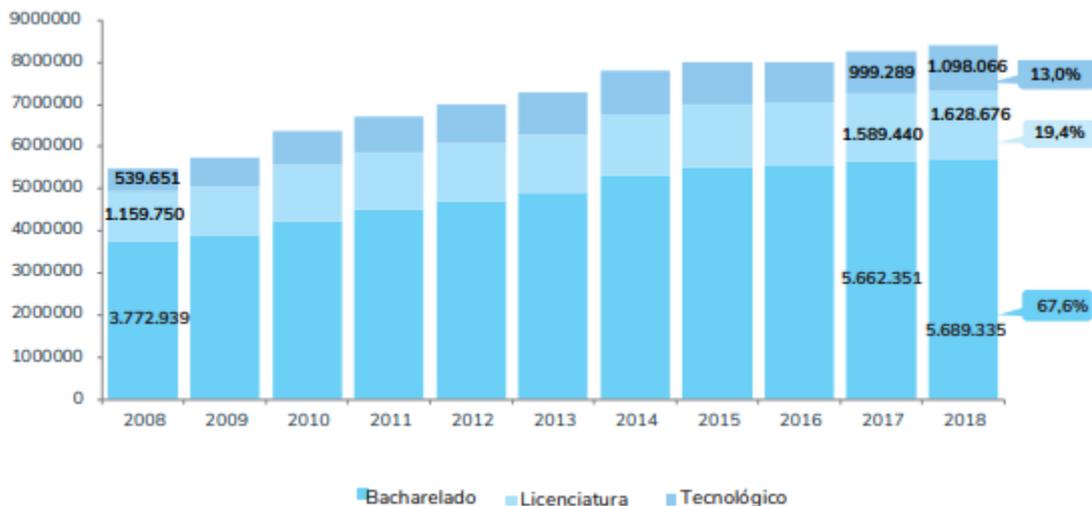


Fonte: BRASIL, 2019.

O apontamento de Alonso (2010) nos leva a análise cuidadosa dos gráficos 4 e 5 para que seja possível compreender a relação da modalidade EaD com a formação de professores no Brasil. O gráfico 4 indica a quantidade de matrículas por graus acadêmicos: bacharelado, licenciatura e tecnológico. Nota-se que o número de matrículas em cursos voltados à formação de professores da Educação Básica representa menos de 20% do universo dos estudantes universitários brasileiros e este número apresentou uma pequena variação crescente ao longo do intervalo

apresentado no gráfico.

Gráfico 4: Matrículas em cursos de graduação por grau acadêmico

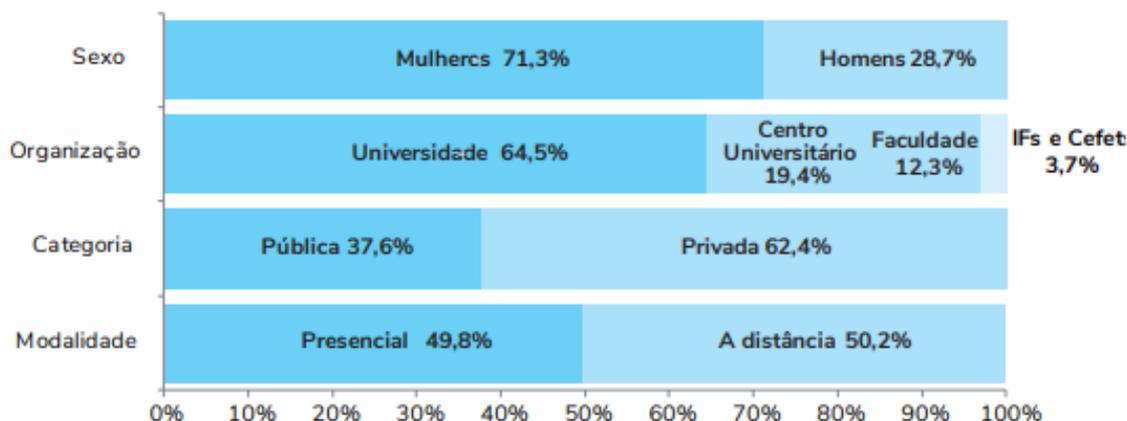


Fonte: BRASIL, 2019.

O gráfico 5 apresenta de modo mais detalhado o perfil das licenciaturas brasileiras: são compostas majoritariamente por mulheres e oferecidas em sua maioria em universidades. Os dois dados seguintes que o gráfico apresenta são o ponto nevrálgico da discussão que pretende-se suscitar neste artigo: mais da metade das licenciaturas no Brasil é oferecida na modalidade EaD e o setor privado é responsável pela grande maioria do oferecimento dos cursos responsáveis pela formação de professores no país.

Há mais de uma década, Gatti e Barreto (2009) já apontavam para o crescimento da detenção das matrículas em licenciaturas por instituições privadas, em especial nas regiões geográficas economicamente mais prósperas, como é o caso da região sudeste. À época a região sudeste apresentava 87,4% de seus licenciandos cursando graduações em instituições privadas. Atualmente, o cenário nacional segue na mesma perspectiva.

Gráfico 5: Participação percentual do número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura, por sexo, organização acadêmica, categoria administrativa e modalidade de ensino – Brasil – 2018



Fonte: BRASIL, 2019.

3 OS LICENCIANDOS BRASILEIROS: PERFIS E ESCOLHAS

Nogueira (2012) sugere que para que seja possível compreender as diferenças e desigualdades presentes no ensino superior, tanto no Brasil quanto no exterior, é necessário considerarmos as oportunidades e as trajetórias educacionais dos estudantes, pois os processos complexos que se relacionam com estes aspectos, impactam diretamente na escolha dos cursos de graduação. O autor afirma que a escolha dos cursos “seria justamente o ponto de ligação ou de passagem entre as desigualdades vividas pelos estudantes até o ensino médio e as novas desigualdades a serem vivenciadas no ensino superior” (NOGUEIRA, 2012, p. 18).

Sob uma perspectiva sociológica é possível analisar a temática sob duas abordagens: macro e micro. Considerando uma abordagem macro, os elementos condicionantes da escolha de curso no ensino superior levariam em consideração: (i) a posição social dos sujeitos; (ii) as oportunidades do sistema universitário; e (iii) as características do mercado de trabalho. Partindo de uma abordagem que considere o nível micro, ou seja, o próprio indivíduo, podem ser elencados como características: (i) as preferências individuais em relação às áreas do conhecimento e seus respectivos campos profissionais; (ii) o projeto de vida a curto, médio e longo prazos que induzem a optar por carreiras ponderando questões como estabilidade, retorno financeiro e prestígio; (iii) as próprias percepções sobre si, sua capacidade intelectual e suas habilidades gerais; e (iv) as informações disponíveis sobre o sistema universitário, os cursos e as futuras profissões (NOGUEIRA, 2012). O problema que se apresenta à análise sociológica é a compreensão de como as duas dimensões apontadas se relacionam.

Nogueira (2012) apresenta os resultados de diversas pesquisas empíricas, nacionais e internacionais, que permitem concluir que a origem social dos candidatos ao ensino superior interfere diretamente na escolha do curso. Cabe destacar que as pesquisas internacionais apontam, desde 1964, que indivíduos pertencentes a famílias que se situam nas camadas mais populares da sociedade tendem a optar por cursos de menor prestígio social. No contexto brasileiro podemos apontar como cursos de menor prestígio, os cursos de licenciatura⁴.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394, em 1996, passou-se a exigir que a formação de professores em todos os níveis da Educação Básica se desse em curso superior. Assim, há um aumento na demanda por professores com nível superior. Esta exigência formativa não vigorou imediatamente após a publicação da lei, mas há

⁴ É comum vermos esse tipo de constatação noticiada pela mídia. A título de ilustração, ver a reportagem “Só 2,4% dos jovens querem ser professor”. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/so-2-4-dos-jovens-brasileiros-querem-ser-professor-70002364548>

cerca de cinco anos já surge como critério em concursos públicos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que anteriormente aceitavam professores que tivessem cursado apenas o Curso Normal a nível médio, por exemplo.

Pesquisa realizada por Gatti e Barreto (2009), tendo por base os dados do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2005⁵, ano em que foram avaliadas as licenciaturas em Biologia, Ciências Sociais, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química, apresenta importantes tópicos à discussão. As autoras analisam, entre outros fatores relacionados à profissionalização docente, a escolha da docência como um “seguro desemprego” por parte dos jovens. Quando questionados sobre o motivo que os levou a um curso voltado à formação de professores, 21% dos licenciandos alegou ter feito a escolha como opção para o caso de não conseguirem exercer outras atividades.

O perfil dos estudantes de licenciatura é basicamente feminino (92,5% de mulheres na Pedagogia e 75,4% nas demais licenciaturas). Mais da metade dos licenciandos encontra-se nas faixas de renda média entre três a dez salários mínimos, mas parcela significativa, 39,2%, compõe a faixa mais baixa de um a três salários mínimos – fator interpretado pela possibilidade de ascensão social das camadas populares a partir do exercício do magistério. Apenas 26% declararam não exercer atividades profissionais e ter suas despesas custeadas pelos pais, entre os demais 43,3% exercem atividade profissional em tempo integral indicando disponibilidade para estudos reduzida. Quanto a bagagem cultural – variável inferida a partir da escolaridade dos pais – nota-se que esta é maior nos alunos das licenciaturas de áreas específicas quando comparada aos licenciandos em Pedagogia (GATTI; BARRETO, 2009).

Locatelli e Diniz-Pereira (2019), fazendo uso dos dados do questionário socioeconômico do ENADE 2017, além de apresentarem constatações referentes ao perfil dos licenciandos que muito se aproximam às trazidas por Gatti e Barreto (2009) destacam o papel do curso de Pedagogia no contexto das licenciaturas:

O curso de pedagogia, com um total de 714.345 matrículas em 2017, é o maior curso de formação docente em número de alunos e a maior parte (590.192 matrículas) é efetivada em instituições privadas e na modalidade à distância (430.115). Registra-se para esse curso um crescimento de matrículas na ordem de 29,53% nessa modalidade de ensino, entre 2014 e 2017. Para a edição do Enade de 2017, participaram 113.651 estudantes de pedagogia, sendo que 50,9% estudam na modalidade a distância e 49,1% na modalidade presencial (LOCATELLI; DINIZ-PEREIRA, 2019, p. 225).

Os autores pontuam ainda que no curso de Pedagogia estão concentrados os licenciandos que apresentam menor renda média familiar, mas que, de um modo geral é possível identificar uma tendência de “empobrecimento geral para o conjunto dos estudantes de licenciatura”

(LOCATELLI; DINIZ-PEREIRA, 2019, p.230) com base no comparativo dos dados dos questionários socioeconômicos do ENADE 2014 e 2017. Assim, o quadro profissional do magistério que em dado momento histórico já foi constituído por profissionais da classe média vem se transformando nas últimas décadas. Podemos considerar que esse acesso das classes populares aos cursos de licenciatura é potencializado pela intensificação do oferecimento destes cursos nas instituições privadas, que oferecem ingresso facilitado e baixo custo (LOCATELLI; DINIZ-PEREIRA, 2019). As políticas públicas consideradas de ação afirmativa, que visam democratizar o acesso ao ensino superior, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, se analisadas conjuntamente com uma perspectiva sociológica que trata da escolha dos cursos superiores, também podem ser consideradas fundamentais para compreender a mudança no perfil dos futuros profissionais do magistério no país.

4 DESIGUALDADES NO ENSINO SUPERIOR

Tratar de desigualdades no contexto brasileiro demanda considerar elementos do território político, social e econômico que, inevitavelmente, assolam o contexto educacional, desde a Educação Básica. Barbosa (2015) afirma que fatores estruturais tendem a fortalecer desigualdades que acompanham o quadro de expansão do ensino superior. Tal constatação, gera um intenso debate em sociedades que buscam reforçar tendências de políticas meritocráticas. Nesse sentido, as discussões devem considerar a efetividade do poder de governos e instituições no combate às desigualdades estruturais e a verificação da medida em que escolhas individuais conseguem se contrapor às determinações socialmente estabelecidas pelas estruturas de desigualdade (BARBOSA, 2015).

Nos últimos anos houve a incidência de políticas públicas que visam maior igualdade de oportunidades, as chamadas políticas de ação afirmativa. Feres et al (2018) definem ação afirmativa como “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo” (FERES et al, 2018, p.13). Segundo os autores, as categorias mais comuns para este tipo de política são etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas. No Brasil, entre as políticas educacionais de ação afirmativa de maior abrangência temos as cotas raciais e sociais e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A política de cotas⁶ raciais e sociais estabelece a reserva de um quantitativo de vagas dos

⁶ Cabe mencionar que atualmente existem iniciativas de expansão da política de cotas no intuito de contemplar outros grupos sociais. Um exemplo são as cotas destinadas a candidatos LGBTQI+ no processo seletivo ao Doutorado em Educação da Universidade Federal Fluminense, em Niterói – RJ. Contudo, por ser uma temática muito recente e destinada, especificamente, à Pós-Graduação, não será discutida neste artigo.

cursos superiores a alunos autodeclarados negros e pardos e a alunos de baixa renda. A partir da implementação desta política houve uma abertura que permitiu o acesso de estudantes oriundos de setores excluídos desse nível de escolarização (BARBOSA, 2015). A política de cotas é estabelecida em âmbito federal⁷ em 2012. Feres Júnior et al (2018) afirmam que o indicativo mais privilegiado pela política de cotas, mesmo antes do estabelecimento da lei federal, era o perfil socioeconômico. Em seguida, apresentava-se o critério de raça.

O PROUNI, programa cuja finalidade é a concessão de bolsas de estudo em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda, foi criado em 2005. O contexto de sua implementação suscitou muitos debates acerca das intencionalidades envolvidas na criação do programa: os questionamentos discutiam se a finalidade era, de fato, a democratização do acesso ao ensino superior ou um modo de estimular a expansão das instituições de ensino superior privadas (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

De todo modo, ambas as políticas tiveram impactos nos quadros de licenciandos. Quanto a política da reserva de vagas por cotas raciais e socioeconômicas, Jezine (2017) afirma⁸ que as licenciaturas abarcam a maior parte dos ingressantes em situação de vulnerabilidade (menor renda familiar, baixa escolaridade dos pais, oriundos de escola pública, negros, pardos e indígenas). Já no caso do PROUNI, Almeida (2015) aponta que os licenciandos formam o maior grupo atendido pelo programa.

É inegável que as políticas de acesso ao ensino superior estão intimamente ligadas aos governos e seus projetos educacionais para o país. A visão dos governantes impacta diretamente no modo como tais políticas são implementadas e/ou conduzidas. Contudo, é inevitável considerarmos os avanços oriundos da expansão do acesso ao ensino superior, em especial aos grupos sociais historicamente excluídos – apesar das questões de qualidade e manutenção que são próprias e fundamentais à discussão. Há quem classifique essa expansão como uma tragédia⁹, mas cabe-nos olhar para suas fragilidades e propor mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS: OS DESAFIOS CONTINUAM...

Este artigo se propôs a reunir reflexões sobre o papel das licenciaturas no contexto do

⁷ A primeira iniciativa referente a uma política de ação afirmativa de reserva de cotas por critério de raça e socioeconômico se deu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no vestibular para ingresso no ano de 2003.

⁸ De acordo com a pesquisa “Políticas de Educação Superior: os desafios da inclusão, acesso e permanência no contexto da expansão das Universidades Federais”, realizada no contexto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁹ Ver a reportagem “Expansão do ensino superior nos governos passados foi 'uma tragédia', afirma ministro da Educação”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/expansao-do-ensino-superior-nos-governos-passados-foi-uma-tragedia-afirma-ministro-da-educacao-23647233>

ensino superior brasileiro de modo a buscar compreender o perfil dos futuros professores, a partir do diálogo com autores que pesquisam elementos que perpassam esta temática: o âmbito público e privado, a expansão desse ensino, as desigualdades que afetam a educação, entre outros.

Muito se discute acerca da qualidade da educação no Brasil, em especial na Educação Básica. Nesse sentido, percebe-se que as pesquisas acadêmicas tendem a se debruçar sobre a formação de professores, visando compreender de que modo essa formação pode influenciar nos indicadores de qualidade educacional. Contudo, frente as reflexões que a escrita deste artigo permitiu considerar, foi possível perceber que os desafios da investigação sobre a formação de professores se revelam ainda maiores.

Para perceber a dimensão que as pesquisas acadêmicas dão à formação de professores nas instituições de ensino superior privadas, principais responsáveis por essa formação, de acordo com os dados analisados, realizou-se um movimento, de caráter meramente ilustrativo, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Considerando as produções de mestrado e doutorado dos últimos dez anos (2010-2019), a busca pelo termo “ensino superior” em programas de educação cuja área de concentração fosse educação ou educação brasileira, retorna 1.405 resultados, sendo 942 dissertações de mestrado e 463 teses de doutorado. Quando a pesquisa é feita com o termo “ensino superior privado”, considerando os mesmos filtros mencionados anteriormente, constam apenas 32 resultados, sendo 22 dissertações e 10 teses.

Assim, surge o seguinte questionamento: como é possível analisarmos a formação docente, se a esmagadora maioria desta formação está sendo oferecida por instituições com as quais se dialoga muito pouco e não se investiga sistematicamente nas devidas proporções necessárias? Conclui-se, portanto, que as pesquisas acadêmicas precisam se debruçar também sobre a formação de professores oferecidas pelas instituições privadas, já que advém delas a grande maioria dos professores formados no país nos últimos anos.

THE PLACE OF LICENSES IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: THE TRAINING OF TEACHERS AMONG INEQUALITIES AND CHALLENGES

RESUME

This article aims to gather initial reflections on the process of teacher training in the country and, consequently, the place occupied by degrees in Brazilian higher education. In order to contextualize the field, some data from the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) are presented, which situate the higher education scenario in terms of the administrative category of institutions, number of enrollments and profile of undergraduate students in terms of gender, type institution, category and type of education offered. Aiming at the dialogue with the data, it is discussed the expansion of higher education, the relations between the public and private sphere of institutions, the growth of the Distance Education (DE) modality and the inequalities that have been present in this level of education since the choice of courses, going through the phases of entry and permanence of students. It is concluded that the degrees are offered, mostly, by private educational institutions, with an exponential emphasis on the distance learning modality. The challenge of academic research is to invest in research that seeks to understand the training processes that are established in these institutions, given its relevance in terms of the number of teachers

trained in recent years.

Keywords: Higher education; Graduation; Inequalities.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, Dec. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 de julho de 2020.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Destinos, escolhas e a democratização do Ensino Superior. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 14 - Nº 31 - Set./Dez. de 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/43988>. Acesso em 05 de julho de 2020.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília: Inep/MEC, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf Acesso em 29 de junho de 2020.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602006000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 de julho de 2020.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 273-280, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1355>. Acesso em 03 de julho de 2020.

FERES JÚNIOR, João. Et al. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERES JÚNIOR, João. CAMPOS, Luiz Augusto. A evolução do debate sobre ação afirmativa no Brasil: prognósticos passados e diagnósticos presentes. In: ARLES, Amélia. UNBEHAUM, Sandra. SILVÉRIO, Valter. (Orgs.) **Ações afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação**. São Paulo: Cortez, 2016.

GATTI, Bernadete. BARRETO, Elba. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília: UNESCO, 2009.

JEZINE, Edineide. As políticas de cotas e o acesso em cursos de bacharelado e licenciaturas. In GALEGO, Carla. RICARDO, Maria Manuel. TEODORO, António (Orgs.). **A educação comparada para além dos números: contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2017.

LOCATELLI, Cleomar. DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Quem são os atuais estudantes das licenciaturas no Brasil? Perfil socioeconômico e relação com o magistério. **Cadernos de Pesquisa**. v. 26, n. 3, jul./set., 2019.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Estudos de Sociologia**. V. 2, n. 18. Pernambuco: UFPE, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235241/28263>. Acesso em 20 de junho de 2020.

RIBEIRO, Gustavo Ferreira. Afinal, o que a organização mundial do comércio tem a ver com a educação superior? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Nº 49 (2): 137-156, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a08v49n2.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2020.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**. v. 8 n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em 03 de julho de 2020.